

Informatização e Habitação: Leitura Preliminar de Algumas Experiências

Marcelo Tramontano, Nilton Trevisan.

Núcleo de Estudos sobre Habitação e Modos de Vida, Depto. de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil.

tramont@sc.usp.br, ntrevisa@ig.com.br; www.eesc.usp.br/nomads.

This paper intends to present an initial evaluation of some experiences, in different parts of the world, including Brazil, with information and communication technologies [ICTs] for private and collective spheres of social housing complexes. Those programs target low-income populations (up to 5 minimums salaries, in Brazil), in order to promote, the understanding of these technologies and the access to telematic services, thus contributing to diminish the so-called digital divide.

Social housing; internet; new medias; virtual communities; digital divide.

Antecedentes

Com a ampliação do acesso à internet, no início da década de 1990, e sua popularização, os computadores tornaram-se objetos desejados, inclusive pelas camadas sociais mais pobres, cujos jovens parecem enxergar, no domínio desta máquina, a chance de obter um emprego que lhes conduza à ascensão social. Com o passar dos anos, o preço destas máquinas está diminuindo, possibilitando sua aquisição por pessoas menos abastadas, inclusive de equipamentos usados, ou desenvolvidos a baixo custo por universidades.

O advento do acesso gratuito à internet e a endereços de correio eletrônico são fatos importantes nestas mudanças, pois ampliam de forma privilegiada o acesso à informação, moeda do século XXI. Paralelamente, têm sido desenvolvidas outras interfaces, como o uso de telefones celulares e a combinação televisor + *setup box*, decodificadores de sinais digitais ou analógicos, que permitem navegar na *web* pelo televisor, jogar *on-line*, gravar dados em *HDs* virtuais, receber *e-mails*, etc. Tanto o telefone celular quanto o televisor são equipamentos já amplamente presentes na habitação popular.

Desenvolvimento

Há no mundo vários projetos que visam diminuir o número de pessoas excluídas digitalmente, como o que foi feito na França por Claire Petetin e Philippe Grégoire. Os arquitetos criaram um correspondente de um bairro concreto da periferia de Paris, com meios computacionais simples e de baixo custo. Isto melhorou a qualidade de vida da população, possibilitando maior interatividade entre os moradores, diminuindo, inclusive, os níveis de violência, pois as pessoas passaram a se reconhecer como uma comunidade.

Como desdobramento, a população passou a analisar seus espaços concretos. [www.archilab.org/public/2000/catalog/gregoi/gregoi.htm].

No Canadá há a interessante experiência de Netville [Hampton e Wellman, 2000], conjunto de casas construídas em Toronto, em 1997, para abrigar, famílias de renda média-baixa. Seus habitantes concordaram em protagonizar uma experiência de viver em casas equipadas com conexão rápida à internet, integrando uma comunidade virtual através de uma *intranet*. No projeto, não estava incluído um telecentro, tampouco construíram-se um *website* ou uma interface colaborativa através dos quais os residentes pudessem comunicar-se. O que se lhes ofereceu foi uma lista de discussões por *e-mail*, que acabou tornando-se o fórum de discussões e de encontros virtuais do bairro.

Outros exemplos são a rede latino-americana somos@telecentros [www.tele-centros.org]. Com uma abrangência territorial e populacional muito maior a Unesco mantém a *Information Society Division* dirigida por Philippe Quéau, com o objetivo de revisar legislações, pressupostos técnicos e políticos em seus 195

países membros, no sentido de incluir digitalmente estas populações. A Unesco também tem proposto programas de informatização dos serviços de saúde, capazes de estender atendimento de melhor qualidade a populações que vivem em lugares distantes e desprovidos de infra-estrutura. [www.unesco.org/webworld/ci_contacts/Information_Society_Division/].

O Brasil também possui projetos promissores, como o Comitê para Democratização da Informática, que desenvolve projetos para levar a informática às populações carentes, implementando programas educacionais e profissionalizantes no Brasil e em alguns países. [www.cdi.org.br]. O governo federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, desenvolve o programa Sociedade da Informação, que visa a ampliação do acesso, dos meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico, desenvolvimento de novas aplicações, etc. [www.socinfo.org.br].

No estado de São Paulo há o programa ACESSA São Paulo, através do qual foram instalados, na capital e interior, vários centros comunitários com acesso gratuito à internet e cursos de informática para a população de baixa renda. [www.acesasaopaulo.sp.gov.br].

Já a nível municipal, o melhor exemplo está na cidade de São Paulo, que possui um programa de inclusão digital promovido pela prefeitura, com 59 telecentros situados na periferia da cidade. Nestes telecentros, os programas utilizados são livres, e gratuitos como o Linux, de modo a baratear os custos e promover o uso de programas de código aberto. [www.telecentros.sp.gov.br].

No estado do Pará o projeto Cidadão Pará consiste no uso de telecentros em barcos, para atender a população ribeirinha do estado e comunidades indígenas. Conta com a infra-estrutura de uma rede de 15 computadores instalada internamente à embarcação, conectada a internet via satélite. Oferece, além de treinamentos de acesso à internet, vacinação, emissão de carteiras de identidade e palestras educativas. [www.prodepa.psi.br/cidadaopara].

A cidade de Curitiba possui o programa Farol do Saber, que oferece cursos de informática básica e acesso à internet de alta velocidade. [www.faroldosaber.org.br]. A Universidade de São Paulo abriga o projeto Cidade do Conhecimento, que consiste em uma rede de comunicação e cooperação entre seus estudantes de graduação e pós-graduação, empresas e trabalhadores de todos os níveis e setores. [www.cidade.usp.br].

Conclusões

Essas iniciativas de inclusão digital representam uma evidente oportunidade de inclusão social das populações focalizadas. Seus exemplos mais conhecidos agrupam-se em categorias como a implantação de telecentros em bairros com baixo IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, a ampliação dos serviços públicos utilizáveis através da internet, a capacitação no uso de programas básicos de informática em vista de qualificação profissional, e as estratégias de educação à distância.

Além disso, e talvez ainda mais importante, entrevêm-se grandes avanços nas áreas da saúde e da educação, por exemplo, conseguidos se apenas fosse possível levar o acesso à internet a porções ermas do país, através de programas governamentais e suas parcerias com empresas privadas. Associadas à informatização, já em curso, de toda a cadeia de profissionais, instituições e serviços nestas áreas, tais iniciativas seriam realmente capazes de transformar a vida daquelas populações.

Ainda que seja importante que cada indivíduo tenha acesso às redes de informação, seja a partir da escola, de seu local de trabalho, de sua habitação, de telecentros ou de outras instâncias, não basta facilitar o acesso a computadores e à internet: é imprescindível promover a alfabetização digital para que estes usuários tornem-se também produtores de conteúdo na rede. No Brasil e no mundo, percebe-se o fato de que quanto menor a renda e a escolaridade, menor é o acesso à internet. Ou seja, a possibilidade de aquisição de habilidades básicas para o uso destas tecnologias parece estar ligada diretamente ao grau de renda e de instrução, o que permite supor que o acesso a estas tecnologias poderá melhorar o

padrão de vida destas pessoas [Castells, 2000]. É importante capacitá-las para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania.

Referências

Hampton, K., Wellman, B.: 2000, Examining community in the digital neighborhood: early results from Canada's wired suburb, In: Ishida, T., Isbiter, K. (eds.) Digital cities: technologies, experiences and future perspectives, Springer-Verlag, Heidelberg, p. 206.

Castells, M.: 2000, A sociedade em rede. Paz e Terra, São Paulo, p.77-81.